

MEC briga para manter orçamento

Deputado defende receita maior para o ensino na reforma tributária e ministro da Educação alerta para retrocesso

Da agências Estado e Folha

A reforma tributária, em tramitação na Câmara, pode incluir a vinculação de um percentual para a educação da receita da Contribuição Social Geral (CGS), prevista pelo relator da reforma, Mussa Demes (PFL-PI). Uma das propostas em debate, apresentada pelo deputado Walfrido Mares Guia (PTB-MG), sugere uma alíquota de até 10%. "Se a CGS arrecadar R\$ 40 bilhões e 10% forem vinculados à educação, R\$ 4 bilhões serão repassados ao Ministério da Educação", disse.

Seria quase o dobro dos recursos atuais do salário-educação, de R\$ 2,2 bilhões. A vinculação funcionaria como uma compensação pela extinção do salário-

educação. O ministro da Educação, Paulo Renato Souza, concorda com a proposta, mas pediu aos deputados para acompanharem de perto a tramitação da reforma tributária para evitar alterações que diminuam as verbas do ensino. "Vamos ficar vigilantes até o final, porque sabemos que, na última hora, pode ser aprovada uma emenda que desvirtue o texto em relação à educação", afirmou.

A principal preocupação do ministro é com a pressão de governadores e prefeitos. Afinal, foi a pedido deles que o relator reduziu a base de cálculo sobre a qual incidem os percentuais que devem ser investidos em educação (18% a União, 25% os estados e municípios).